



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 75-A, DE 2011

(Da Sra. Janete Capiberibe)

Denomina "Plenário Chico Mendes" o Plenário da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR); tendo parecer da Mesa Diretora, pela aprovação (Relator: DEP. EDUARDO GOMES).

DESPACHO:

À MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I – Projeto inicial

II – Na Mesa Diretora:

- Parecer do Relator
- Parecer da Mesa

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica o Plenário da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional denominado “Plenário Chico Mendes”.

Parágrafo único. A denominação constará da afixação de placa com o nome e a foto do homenageado nas partes externa e interna respectivamente da Comissão.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A história de luta de Chico Mendes não é diferente da trajetória de tantos homens e mulheres que não se dobraram aos ditames dos opressores da liberdade e da justiça social no Brasil.

A causa de sua morte também não foi diferente da morte de tantos outros que ousaram ecoar o canto libertário no campo. Chico Mendes fez da vida um insistente sacerdócio em defesa da natureza e contra o secular latifúndio que, herdado da colônia, continua sendo o pilar fundamental do atraso e da injustiça social brasileira que impede o acesso à terra e ao progresso aos que nela trabalham e produzem riqueza.

Conhecedor das dificuldades dos povos da floresta desde a mais tenra idade, Chico Mendes logo entendeu que só a organização consciente dos trabalhadores seria capaz de libertá-los dos grilhões históricos da opressão no campo. Sob o lema “União dos Povos da Floresta”, em defesa da natureza Amazônica, reuniu indígenas, seringueiros, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco babaçu e populações ribeirinhas, em torno da criação de reservas extrativistas. Essas reservas tinham por objetivo preservar as áreas indígenas e a floresta, além de ser um instrumento da reforma agrária, tão necessária ao desenvolvimento brasileiro.

As Reservas Extrativistas, sua principal bandeira política e ecológica, são áreas pertencentes à União com usufruto de todos os trabalhadores da floresta organizados em cooperativas e associações. Para ele funcionava como um lema, a certeza de que, na Amazônia, não é a terra que precisa ser dividida; a floresta é que não deve se privatizada.

Apesar de ser cada vez mais perseguido e ameaçado de morte, Chico Mendes expandiu sua luta ao percorrer várias regiões do Brasil participando de palestras e congressos. O objetivo era denunciar a ação predatória contra a floresta e as ações violentas dos fazendeiros contra os trabalhadores, principalmente da região de Xapuri, sua terra natal, no estado do Acre. Em 1987, Chico Mendes recebeu a visita de membros da ONU, que puderam ver de perto a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros causadas por projetos financiados por bancos internacionais.

Como não poderia ser diferente, a resposta veio pronta e na forma de sempre: violência. No dia 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes tombou assassinado na porta de sua casa, exatamente uma semana após completar 44 anos. Deixou além da mulher, dois filhos menores, um com dois e outro com quatro anos de idade.

Consciente de que a sociedade é a continuação da natureza, e em defesa do desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social, solicito aos meus pares apoio a esta proposição.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 2011

Deputada **Janete Capiberibe**
PSB-AP

MESA DIRETORA

Trata-se do Projeto de Resolução nº 75/2011, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que denomina “**Plenário Chico Mendes**” o Plenário da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) da Câmara dos Deputados.

Ao justificar sua proposta, a autora ressalta a história de luta de Chico Mendes em defesa da natureza e contra o secular latifúndio. Destaca que, para ele, funcionava como um lema a certeza de que, na Amazônia, não é a terra que precisa ser dividida; a floresta é que não deve ser privatizada.

O Departamento Técnico revela que não há Projeto de Resolução ou qualquer outro processo que tenha conferido um nome ao Plenário nº 15 do Anexo II, espaço onde se reúne a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR), não havendo, portanto, impedimentos para a aprovação da propositura.

Tendo em vista que inexistem disposições legais que vedem a denominação dos espaços da Câmara dos Deputados com nomes de personalidades, reitero as posições favoráveis ao deferimento do pleito.

Ante o exposto, esta Secretaria submete a matéria ao exame e à deliberação da douda Mesa, com parecer pela aprovação do Projeto de Resolução nº 75, de 2011.

Primeira-Secretaria, 30 de janeiro de 2013.

Deputado **EDUARDO GOMES**
Primeiro-Secretário

PARECER DA MESA DIRETORA

A Mesa Diretora opinou, por seus Membros signatários, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 75, de 2011, de autoria da Deputada Janete Capiberibe, que “denomina ‘Plenário Chico Mendes’ o Plenário da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR)”, nos termos do parecer do Relator, Deputado Eduardo Gomes.

Câmara dos Deputados, em 31 de janeiro de 2013.

MARCO MAIA

Presidente

Deputada **Rose de Freitas**

Primeira Vice-Presidente

Deputado **Eduardo da Fonte**

Segundo Vice-Presidente

Deputado **Eduardo Gomes**

Primeiro Secretário

Deputado **Jorge Tadeu Mudalen**

Segundo Secretário

Deputado **Inocêncio Oliveira**

Terceiro Secretário

Deputado **Júlio Delgado**

Quarto Secretário

FIM DO DOCUMENTO
